



Protocolo de Intenções Deeptech Brasil

Resumo – Seminário II – Deep Techs Brasil (27/06/2025)

Números finais

Inscrições

700 inscrições realizadas via portal Sympla, sendo 350 realizadas na modalidade presencial

Instituições

Dos 700 inscritos, identificou-se 446 instituições.

Destas: 65 universidades, 34 parques tecnológicos e 13 Fundações de Amparo.

Representatividade

43% dos 700 inscritos eram mulheres

25 estados brasileiros representados



Protocolo de Intenções DeepTech Brasil

Abertura

No início da manhã do dia 27 de junho de 2025, o II Seminário *Deep Techs* Brasil foi oficialmente aberto na FIESP, em São Paulo, reunindo representantes de mais de 400 instituições, entre universidades, parques tecnológicos, agências de fomento e empresas. A mesa de abertura, conduzida por Fernando Peregrino (Finep), destacou o papel das startups *deep techs* na transformação da indústria nacional, ressaltando que são empresas de base científica com capacidade de resolver problemas complexos, embora tenham maior risco, mas também de maior potencial de retorno para o país. Ciro Furtado Bueno Teixeira (Diretor da FIESP), representando o Presidente da FIESP, Josué Gomes, enfatizou o compromisso histórico da FIESP com a inovação e celebrou a iniciativa da Finep, prevendo frutos concretos para o Brasil. Peregrino reforçou que o objetivo do diálogo do evento não era para fins diletantes, mas sim o de construir uma política pública clara para fomentar esses novos agentes econômicos baseados em ciência e tecnologia, alinhando-se à Nova Indústria Brasil (NIB), que fundada em critérios tecnológicos, ambientais e sociais.

A mesa contou ainda com falas de Osvaldo Lahoz Maia (Senai-SP), que defendeu a necessidade de sair do discurso e ir para a prática, colocando o Senai como instituição “*hands-on*” e apoiadora do desenvolvimento de *deep techs*. Anna Frattini (pro-reitora da Unicamp) lembrou que, sem base tecnológica, o Brasil não avançará, e destacou o protagonismo da Unicamp em patentes e projetos de inovação em parceria com a Petrobras. Júlio César Castelo Branco Reis Moreira (presidente do INPI) alertou para a necessidade de coordenação nacional e apoio consistente às *startups*, citando o Índice INPI e a disparidade regional na inovação. Cláudio Di Gioia (superintendente da Finep) apresentou números dos investimentos recentes da Finep em subvenção e crédito para inovação, enquanto André Godoy (diretor executivo da ABDE) ressaltou o papel das instituições financeiras no apoio ao ecossistema, lembrando que 80% do crédito nacional passa por Finep, BNDES e agências cooperadas. Isabela Brod (Chefe de Depto de Tecnologia do BNDES) apontou a necessidade de capital paciente e destacou fundos voltados a setores estratégicos como saúde e transição energética. Carlos Américo Pacheco (presidente do Conselho da Fapesp) trouxe a experiência do PIPE, que já financiou mais de 12 mil empresas, mas alertou para o desafio do escalonamento e da



Protocolo de Intenções DeepTech Brasil

necessidade de fundos complementares e políticas de escala. Marcus Leite (Superintendente do Sebrae-SP) finalizou ressaltando o papel do programa Catalisa e a importância de colocar o empreendedor no centro das políticas públicas das startups deep techs.

O momento solene da manhã foi a assinatura do 4º Termo de Adesão ao Protocolo de Intenções Deep Techs Brasil, marcando o ingresso de seis novas instituições ao grupo, entre elas FIESP, SESI-Senai-SP, Unicamp, Fapesp, N7 Ventures e AGU. Os discursos da mesa de abertura convergiram para a necessidade de cooperação, diálogo e construção de políticas públicas robustas, capazes de garantir previsibilidade, coordenação e segurança jurídica para o avanço das startups *deep techs* no Brasil.

Esse início solene e inspirador preparou o terreno para os debates dos quatro painéis temáticos ao longo do dia, cada um aprofundando aspectos centrais para o desenvolvimento das *deep techs* — das compras públicas à regulação, propriedade industrial e tecnologias portadoras do futuro, com as seguintes provocações iniciais:

PAINEL 1. Compras públicas: uma alavanca das startups deeptech;

PAINEL 2. O controle e a regulação: como podem ajudar?

PAINEL 3. Como vencer as assimetrias do sistema Internacional de patentes?

PAINEL 4. Algumas tecnologias portadoras do futuro: tecnologia quântica, biotecnologias e IA

Painel 1 – Compras Públicas

Logo após a abertura oficial, tendo como pergunta principal, a questão de como as compras públicas podem ajudar a consolidar as startups deeptechs, teve início o primeiro painel, dedicado e focado no papel das compras públicas para inovação. André Rauen (ABDI) abriu as discussões destacando que, no Brasil, o apoio à inovação tem sido excessivamente ofertista, ou seja, centrado em instrumentos de crédito, subvenção e investimento, enquanto países desenvolvidos vêm apostando em instrumentos de demanda, como regulação e compras públicas. Rauen enfatizou a importância



Protocolo de Intenções Deeptech Brasil

de mecanismos como as Encomendas Tecnológicas (ETECs) e o Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI), que permitem ao Estado atuar como “primeiro comprador”, reduzindo riscos e viabilizando a sobrevivência das *deep techs* nacionais. Trouxe o exemplo da *Boston Dynamics*, que só se consolidou após 21 ETECs do Departamento de Defesa dos EUA, e defendeu a aprovação do PL 3751/2023¹ para permitir o uso do FNDCT em ETECs.

Na sequência, Roberto Chiacchio (Finep) apresentou a trajetória do esforço da Finep em compras públicas para inovação, reforçando que instrumentos de demanda podem transformar a Finep em um verdadeiro hub de inovação, conectando compradores públicos e fornecedores de soluções tecnológicas. Ele citou o exemplo da *startup* Fab NS, que desenvolve instrumentação científica, e defendeu a criação de programas como o Finep Mais Inovação *Big Science* para fomentar a produção nacional de equipamentos de alta tecnologia.

Marcus Leite (Sebrae) trouxe a perspectiva do empreendedor, ressaltando que, quando o Estado sinaliza demanda por meio de ETECs, reduz o risco percebido por investidores e estimula o mercado. Destacou o desafio cultural: enquanto *startups* são ágeis, instituições públicas tendem ao conservadorismo. Marcus mencionou o programa Catalisa Gov, que visa capacitar gestores públicos a elaborar editais inovadores, e a necessidade de transformar laboratórios em multiusuários para facilitar o acesso das *deep techs* à infraestrutura de testes.

Gabriela Maretto (MGI), participando remotamente, apresentou a Estratégia Nacional de Compras Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, em construção desde 2024. Ela defendeu que o Estado, ao institucionalizar uma estratégia clara, amplia a coordenação e a segurança jurídica para compras inovadoras, colocando o empreendedor no centro da política pública.

Ao final, Ana Calçado (Wylinka) sintetizou os debates, ressaltando que o arcabouço legal brasileiro é avançado, mas a implementação ainda esbarra em insegurança jurídica, aversão ao risco e

¹ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2375919>



Protocolo de Intenções Deeptech Brasil

distanciamento entre *startups* e o universo das compras públicas. Propôs pequenos passos concretos para destravar o potencial das compras públicas como motor do desenvolvimento das *deep techs*.

Painel 2 – Controle e Regulação

O segundo painel, voltado ao papel dos órgãos de controle e regulação, foi aberto Eduardo Khoury Alves (TCU) abriu destacando que o Tribunal de Contas da União tem buscado atuar como parceiro da inovação, migrando de uma postura exclusivamente voltada à conformidade para auditorias operacionais que avaliam eficiência e resultados das políticas públicas. Citou exemplos de uso de ETECs e CPSI pelo próprio TCU e ressaltou que o órgão estimula a Finep e outras agências a assumir riscos calculados em inovação.

Cristiano Coimbra (CGU) apresentou a agenda da Controladoria-Geral da União para fomentar integridade e confiança nas relações público-privadas, destacando instrumentos como o Pacto Brasileiro pela Integridade e guias sobre conflitos de interesse. Ressaltou a importância de consultorias e esclarecimentos para servidores e pesquisadores, visando mitigar dúvidas e promover *accountability*.

Daniel Pereira (Anvisa) trouxe o olhar da regulação sanitária, lembrando que a agência, apesar de limitações de pessoal, tem avançado em marcos regulatórios inovadores, como fluxos ágeis para vacinas, terapias avançadas e aconselhamento regulatório para produtos disruptivos. Destacou a participação da Anvisa em fóruns internacionais e a necessidade de engajamento da indústria para internalizar inovações.

O comentarista Rafael Fássio (PGE-SP) resumiu que o controle no Brasil evoluiu para um modelo mais técnico e orientador, mas ainda há desafios de personalização e necessidade de canais rápidos para dúvidas regulatórias, como *sandboxes* e *fast-tracks*. O painel reforçou a importância de um controle parceiro, que equilibre segurança jurídica e estímulo à inovação, com diálogo constante entre órgãos, empresas e pesquisadores.



Protocolo de Intenções DeepTech Brasil

Painel 3 – Propriedade Industrial

A questão inicial colocada pela coordenação no início foi como a assimetria do sistema internacional de patentes pode ser vencida pelas startups deep techs e se o sistema de regulação pode tratar essas startups deeptech de uma forma diferenciada. Assim, após o intervalo, às 14h28, o terceiro painel abordou os desafios da propriedade industrial. Júlio César Castelo Branco Reis Moreira (INPI) iniciou destacando que o respeito à Propriedade Intelectual (PI) e a harmonização com padrões internacionais são essenciais, mas o Brasil ainda faz pouco uso estratégico da PI. Segundo ele, muitas empresas e universidades não aproveitam informações de PI como ferramenta de negócio, e há baixa articulação entre produção de conhecimento e geração de produtos.

Márcio de Paula (IBIS) alertou para a dependência nacional de patentes estrangeiras, especialmente na saúde, perpetuando déficit na balança comercial. Destacou que 90% dos pedidos de patentes no Brasil são de residentes no exterior, e que universidades brasileiras, embora protagonistas nos depósitos, nem sempre conseguem transformar patentes em negócios.

Juliana Crepalde (Fortec/UFGM) reforçou que PI é meio, não fim, e que estratégias sofisticadas, incluindo segredo industrial e licenciamento cruzado, são fundamentais. Trouxe o exemplo da Fab NS, *spin-off* da UFGM, que precisou de uma gestão qualificada para negociar e proteger seu portfólio tecnológico.

Carlos Américo Pacheco (Fapesp) destacou que o Programa PIPE foi inspirado no modelo americano mas o Brasil ainda carece de escala e de instrumentos para comercialização de PI. Defendeu que políticas públicas devem acoplar fomento à inovação com estratégias de comercialização e internacionalização, além de capacitação em PI para startups e universidades. Nesse tema foi discutido também a lei 14.286/2020 que libera o pagamento por tecnologia sem o limite anterior entre filial e matriz no exterior.

Daniel Pimentel (Emerge), como comentador, destacou que falta alfabetização em PI entre *startups* e que o Brasil tem participação residual no mercado global de patentes. O painel concluiu que o



Protocolo de Intenções Deeptech Brasil

sucesso das *deep techs* depende de estratégias sofisticadas de proteção e comercialização de PI, além de políticas públicas que promovam escala e integração entre academia e indústria.

Painel 4 – Tecnologias Portadoras do Futuro

O último painel foi dedicado às tecnologias de fronteira. Adriano Defini Andricopulo (USP) apresentou o panorama do mercado farmacêutico global, destacando o crescimento dos biológicos e o uso de IA na descoberta de fármacos. Adriano mostrou a Plataforma de Química da Biodiversidade Brasileira e ressaltou o potencial de inovações radicais a partir da combinação de IA e biodiversidade.

Lygia da Veiga Pereira (USP) destacou o momento histórico vivido pelo Brasil, com acesso a ferramentas biológicas e computacionais sem precedentes. Ressaltou a importância de superar gargalos como a cultura acadêmica avessa ao empreendedorismo e a burocracia na importação de insumos, que prejudica a competitividade nacional. Lygia também criticou a falta de compreensão do venture capital sobre *deep techs* e defendeu ambientes que estimulem *spin-offs* e *startups* a partir da pesquisa básica.

Marcelo Zuffo (USP) trouxe uma reflexão sobre a maturidade do ecossistema nacional, defendendo a necessidade de fortalecer corredores de inovação e ambientes que permitam a “transgressão responsável”. Ressaltou que *deep techs* são essenciais para a soberania e competitividade do país, especialmente em um cenário de disputas geopolíticas e desafios como o agronegócio e a transição energética.

Gustavo Silva Wiederhecker (Unicamp) abordou as tecnologias quânticas, mostrando avanços em sensores, comunicações e computação quântica. Destacou o crescimento global dos investimentos na área e a necessidade de engajamento da indústria para além das universidades.

O comentarista Luiz Davidovich (Finep) reforçou que o futuro das *deep techs* brasileiras depende de políticas integradas, ambientes favoráveis à inovação radical e valorização do capital humano.



Protocolo de Intenções DeepTech Brasil

Destacou as vantagens comparativas do Brasil, como biodiversidade e reservas minerais, e a urgência de transformar conhecimento em riqueza e qualidade de vida para a população.

O painel encerrou com perguntas da plateia sobre fuga de talentos, soberania nacional e dificuldades de importação, reforçando a necessidade de políticas públicas, infraestrutura e cultura de inovação para que o Brasil possa ocupar posição de destaque no cenário global das *deep techs*.

Síntese geral

Em síntese, os quatro painéis do Seminário II *Deep Techs* Brasil ajudaram a construir diagnósticos e propostas para o GT do Protocolo sistematizá-las em uma política pública de apoio às startups deeptech em um país que dispõe de relativo capital humano, base científica de alto nível em muitas áreas do conhecimento, além de possuir uma biodiversidade única, mas precisa avançar em políticas públicas integradas e transversais, instrumentos modernos, cultura de inovação e forte integração entre academia, indústria e governo para transformar potencial em resultados e soluções concretas para os problemas da nossa economia e sociedade como se propõe a Nova Indústria Brasil .